

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012

1

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998	Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012
	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	<b>Art. 1º</b> O art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 27.</b> As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da <a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a> , além das sanções e responsabilidades previstas no caput do art. 1.017 da <a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a> , na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros.	“ <b>Art. 27.</b> .....
.....	.....
§ 6º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei, as entidades de que trata o caput deste artigo somente poderão obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros se, cumulativamente, atenderem às seguintes condições:	§ 6º .....
.....	.....
IV - adotar modelo profissional e transparente; e	IV – .....
V - apresentar suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria, nos termos definidos no inciso I do art. 46-A desta Lei;	V – ..... ; e
	VI – apresentar lista de investidores que tenham direito a parcelas da cláusula indenizatória desportiva a que se refere o inciso I do caput do art. 28, negociada pelas entidades.
§ 7º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados: .....	.....” (NR)
	<b>Art. 2º</b> O art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com o <b>acréscimo dos seguintes §§ 7º e 8º, renumerando-se os atuais §§ 7º a 10 para §§ 9º a 12:</b>
<b>Art. 28.</b> A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá	“ <b>Art. 28.</b> .....



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012

2

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998	Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012
constar, obrigatoriamente:	
..... § 6º (Revogado).	.....
	§ 7º No registro do contrato especial de trabalho desportivo na entidade de administração do desporto, previsto no § 5º deste artigo, a entidade de prática desportiva deve também registrar lista de investidores com quem ela tenha negociado parcelas da cláusula indenizatória desportiva a que se refere o inciso I do caput deste artigo.
	§ 8º Pelo menos dez por cento do valor recebido a título de cláusula indenizatória desportiva devem ser utilizados para abatimento de eventuais débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas havidos pelas entidades de prática desportiva;
§ 7º A entidade de prática desportiva poderá suspender o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional, ficando dispensada do pagamento da remuneração nesse período, quando o atleta for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional, conforme previsto no referido contrato.	.....” (NR)
§ 8º O contrato especial de trabalho desportivo deverá conter cláusula expressa reguladora de sua prorrogação automática na ocorrência da hipótese prevista no § 7º deste artigo.	
§ 9º Quando o contrato especial de trabalho desportivo for por prazo inferior a 12 (doze) meses, o atleta profissional terá direito, por ocasião da rescisão contratual por culpa da entidade de prática desportiva empregadora, a tantos doze avos da remuneração mensal quantos forem os meses da vigência do contrato, referentes a férias, abono de férias e 13º (décimo terceiro) salário.	
§ 10. Não se aplicam ao contrato especial de trabalho desportivo os arts. 479 e 480 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	
	<b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

